

Juro sobe com o novo adendo ao FMI

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

A promessa de uma política monetária ainda mais apertada para o próximo ano, contida no último adendo à Carta de Intenções que o Governo brasileiro apresentou ao Fundo Monetário Internacional (FMI), levará inevitavelmente ao aumento das taxas internas de juros, com o agravamento das dificuldades das empresas em consequência da elevação de suas despesas financeiras: a advertência foi feita ontem pelo professor de Economia Dêrcio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília.

Ele acha que o aperto monetário — representado pela nova meta de não deixar que a expansão da base monetária (emissão primária de moeda) ultrapasse 50% no próximo ano — não terá efeito em termos de conter a escalada da inflação brasileira. “Não existe relação entre a contenção monetária e a inflação elevada” —

afirma, explicando que a promessa feita ao Fundo Monetário “foi mais uma mensagem do Governo aos economistas ortodoxos do Fundo, que acreditam nesta relação”.

Garcia Munhoz critica o programa brasileiro com o FMI pois o Brasil seguindo a orientação daquele organismo, ao invés de resolver o problema econômico está na verdade “provocando aumentos de custos equivalentes a US\$ 33 bilhões sobre o sistema econômico”. Este custo global — que favorece os exportadores, a Petrobrás e o Governo Federal, em sua opinião — exige necessariamente perdas no mesmo valor do lado dos assalariados e dos consumidores em geral, sob a forma de aumento na taxa de inflação e nos juros, ao lado de redução dos salários.

“Se aumentam os custos de produção e distribuição, por força do programa dito de estabili-

zação, as empresas do setor produtivo tendem a repassar, como medida de defesa, os maiores custos para os seus preços” — observa o economista, em recente estudo sobre a nova política salarial determinada pelo acordo Brasil/FMI. Estes custos decorrem dos dólares adquiridos para atender pagamentos externos, do aumento nos preços dos combustíveis e da elevação de preços do açúcar, do trigo e dos produtos agrícolas em geral, em consequência da retirada dos subsídios.

Como todos os agentes econômicos procuram sempre repassar custos maiores para o próximo segmento, Munhoz conclui que a conta acaba caindo nas mãos dos consumidores assalariados, “que pagam mais caro pelos bens e serviços e não podem de imediato repassar a alguém as perdas decorrentes de preços maiores”.